

A RELAÇÃO SETORIAL PÚBLICA E PRIVADA NO FLUXO DA INFORMAÇÃO*

Fredric Michael Litto

Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo e em Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e Diretor-Presidente da IMS-Informações, Microformas e Sistemas S. A.

RESUMO

Constitucional mente, o Brasil optou por uma ordem econômica que seguisse as regras do Mercado e não as do Estado, mas na prática não a segue. O ambiente da informação em ciência e tecnologia demonstra concorrência em vez de complementação entre o governo e o setor privado. Embora a moda hoje seja descentralização, desburocratização e desestatização, na indústria de conhecimento brasileiro isto não é o caso. Além da burocratização, o governo como fornecedor da informação caracteriza-se pela falta de continuidade em projetos e a falta de credibilidade. Recomenda-se maior número de estudos (quantitativos e qualitativos) sobre a situação no Brasil; maior entrosamento entre governo e a iniciativa privada; e a criação de uma associação unindo os fornecedores brasileiros da informação.

Descritores: Atividades de informação; Iniciativa privada e Governo; Economia de Estado; Economia de Mercado; Mercado de Informação em Ciência e Tecnologia.

Os últimos anos têm testemunhado um alto grau de interação entre o governo e o setor de iniciativa privada. De modo geral, pode-se sentir um certo espírito de concorrência entre esses dois setores da sociedade quando, na verdade, deveria haver uma relação de complementação. No campo de comunicações/informações, a questão do relacionamento está se tornando cada vez mais complexa e confusa. E as dificuldades continuarão a crescer porque cada vez mais a informação (seja ela apresentada em forma de monografias, de artigos em periódicos, de referências bibliográficas, em bases de dados, bancos de estatísticas, ou outros) é uma **comodidade**, isto é, um bem econômico, um produto cuja geração teve custo e cuja utilização tem um determinado valor. Com o intuito de dar início a uma discussão sobre a natureza desse relacionamento, tomo a liberdade de oferecer aqui algumas ponderações, algumas talvez banais, outras, espero, nem tanto.

*Conferência proferida no Seminário de Informação Científica e Tecnológica, promovido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, e Conselho Britânico, com apoio do CNPq, realizado em São Paulo, de 2a a 4 de agosto de 1982.

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar algumas definições de conceitos que serão usados nesta discussão. Existem dois modelos econômicos clássicos na sociedade moderna: a Economia do Estado, caracterizada pelo fato de que todas as empresas e decisões na área econômica concentram-se nas mãos do governo; e a Economia do Mercado, um sistema pluralista, em que cabe às empresas particulares explorar as atividades econômicas, e ao Estado cabe a função de orientar e regular a ordem econômica, zelando pelo interesse social. O segundo modelo é caracterizado pela livre concorrência dessas empresas. Na disputa pelo mercado, elas precisam ganhar a preferência dos compradores; cada uma procurando superar a outra em qualidade, inovação e preço justo. O comprador, num sistema pluralista, tem liberdade de escolha: quando não fica satisfeito com um determinado produto ou serviço, ele simplesmente deixa de comprá-lo ou muda para outro. Há sempre várias opções a sua escolha, e desta maneira os maus produtos acabam saindo do mercado. Evidentemente, esta é uma visão bastante simplista e idealizada de um fenômeno complexo e às vezes aquém do que era de se esperar.

O Brasil escolheu, historicamente, o sistema de Economia de Mercado. Na sua Constituição Federal, encontra-se no Artigo 170:

Às empresas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas,
ã 1 — Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica.

Mas este princípio não vem sendo cumprido em sua plenitude. Verificando no II PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o período de 1975-1979, no Capítulo X sobre "Atividades de Apoio para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico", em seis páginas de texto não há nenhuma referência à existência ou à necessidade de existir um setor privado no País¹. Felizmente, os autores do III PBDCT, para 1980-1985, lembraram-se dele, ao tratar dos diversos órgãos do SNDCT (Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), como universidades e institutos científicos autônomos, centros de pesquisa e desenvolvimento, entidades governamentais, e "a empresa nacional, pública e privada, no desenvolvimento da demanda de conhecimentos e na geração, absorção e difusão de inovações tecnológicas". E na seção dedicada à informação em ciência e tecnologia:

Serão incentivadas a documentação e sistematização da geração de informação científica e tecnológica nos agentes executores, a construção de sistemas de informação que interconectem as entidades públicas e privadas envolvidas, . . . quer através da ampliação de convênios internacionais, quer por convênios com empresas especializadas nesta área de informação ...².

Esta questão da relação entre os setores públicos e privados na área da informação é atual até em países mais desenvolvidos. Na República Federal da Alemanha, por exemplo, realizou-se, no ano passado, um seminário envolvendo peritos de vários setores interessados, para discutir "se uma nação deve criar um sistema caro de bancos de dados ela mesma, ou se o Governo deve, em vez disso, desenvolver e apoiar um ambiente apropriado dentro do qual serviços orientados pelo mercado podem funcionar em condições otimizadas"³. A urgência em solucionar esta questão, com cada país agindo do seu jeito, de acordo com seus costumes, seus valores, é provocada pelas mudanças que estão ocorrendo na sociedade pós-industrial. As informações crescem, acumulam-se e quanto mais elas aumentam, mais informação ainda é necessária para manter controle da acumulação* Tudo isto tem custo.

*C. West CHURCHMAN em *The systems approach*. New York, 1968, citado por Alan GILCHRIST (referência bibliográfica n9 4).

Os estudos tentando acertar uma metodologia segura para determinar o valor de Informação em Ciência e Tecnologia (ICT) têm deixado algo a desejar, porque "valor" nesta área não pode ser quantificado sem ambigüidade. Questões de custo/benefício, e custo/eficácia, são difíceis de medir segundo regras de economia. Mesmo assim, não há como negar que a informação é uma comodidade, uma vez que (1) existe um produto, (2) há um custo para sua coleta ou produção, e (3) tem alguém interessado em adquiri-lo e disposto a pagar por ele. É imprescindível que conscientizemos os usuários, atuais e futuros, sobre esse aspecto. Hoje em dia, nada é de graça: alguém está pagando num ponto ou outro do processo. Usuários de informação em indústria e comércio são mais propensos a reconhecer isto e assim estão dispostos a pagar pela informação. Por outro lado, cientistas e tecnólogos ligam informação com "conhecimento" e questões de "verdade", e assim esperam que a informação seja dada a eles de graça⁵. Eles acham que informação é um bem público, e até certo ponto eles têm razão. Mas quem vai pagar os direitos autorais de uso, os custos de preparação e disseminação e localização da informação? Mais do que nunca, vivemos numa época em que pessoas responsáveis acreditam que serviços têm que recuperar uma parte ou todo do seu custo. Por razões que ficarão claras no decorrer desta discussão, acredito que a aplicação dos princípios da economia do mercado é a única solução para esse problema.

Entre as tendências atuais no mundo moderno pós-industrial, está o fenômeno da descentralização, da criação de sistemas distribuídos. Estruturas centralizadas concentram autoridade e, pela sua natureza, oferecem a possibilidade de estrangulamento ou por acidentes tolos, ou por fatores humanos ou não-humanos diversos. Estruturas descentralizadas, com suas características pluralistas, com variadas opções de entrada e saída, representam uma maior liberdade para ação, e uma maior segurança contra paralisação por acidentes ou estrangulamento. O Brasil está na soleira de uma grande decisão: centralização ou não dos meios de comunicação e fornecimento de informação científica e tecnológica. Talvez uma resposta para a questão esteja na aguda observação de Tefko Saracevic, num excelente estudo publicado em 1980 sobre as necessidades para ICT em países menos desenvolvidos:

— Não seria um exagero dizer que os sistemas nacionais (de ICT) são freqüentemente conceitualizações políticas em vez de realidades operacionais. Por mais inevitáveis que sejam os

decretos e leis governamentais que especificam seu estabelecimento, eles tendem muito mais a representar uma série de metas que expressam a necessidade econômica de centralizar tanto quanto possível os recursos informativos e os recursos humanos disponíveis dentro do país⁶. —

Acredito que os indicadores estatísticos de produção científica e tecnológica no Brasil justificam a conclusão de que o Brasil não é mais um país cujo desenvolvimento está em escala reduzida, assim nos obrigando à centralização de recursos materiais e humanos na área de informação. Pelo contrário, considerando a amplitude do território nacional, os milhares de instituições e indivíduos envolvidos na produção e uso de informação, acredito que já é a hora de descentralizarmos os fluxos de comunicação em ciência e tecnologia. A situação de um mercado viável para suportar e absorver os custos de um sistema de informação cada vez mais sofisticado existe. As vezes estou propenso a acreditar que aqueles que justificam sistemas centralizados de informação para o Brasil têm, em mente, menos razões de economia do que de poder; porque enquanto nossos sistemas continuam centralizados, e quase exclusivamente como serviços governamentais, mais difícil e mais lento será seu desenvolvimento, e mais amplo o poder de quem os administra.

Os jornais diários estão nos trazendo ultimamente notícias de que a China, na sua tentativa de alcançar o Ocidente em ciência e tecnologia, está retomando seu lema do período de "Cem Flores", do final da década de 1950: "Que cem flores floresçam, que cem escolas rivalizem". A centralização não funciona.

Desooncentração é a ordem do dia. Desconcentração, desburocratização e desestatização. Não foi sem motivo, também, que o Governo brasileiro recentemente tomou a iniciativa de encerrar as atividades de muitas empresas estatais, cuja produtividade estava fora dos propósitos originais.

Todos nós reconhecemos a dificuldade de conseguir eficiência em órgãos governamentais — é um problema internacional.

Mesmo assim, de todos os bureaux de serviços de processamento de dados no Brasil, 60% do movimento do setor está nas mãos das empresas estatais, e apenas 15% com as empresas privadas, embora elas sejam bem maiores em número. Existem no ramo 700 empresas brasileiras privadas (a maioria não tem 5 anos de existência), 50 empresas estrangeiras, e 60 empresas estatais.

O SERPRO — Serviço Federal de Processamento de Dados, do governo federal, é a maior empresa de serviços de informática da América Latina. Além da concentração injusta do poder nas mãos do governo de serviços que podem ser perfeitamente executados pelo setor privado, existe um outro fenômeno que não é compatível com o fluxo livre de informação numa sociedade livre e aberta: eu me refiro à atitude de certos órgãos do governo, produtores e difusores de informação, que regamente ignoram, nas suas compilações, atuações da parte da iniciativa privada. Por exemplo, no ano passado, a Biblioteca Nacional publicou um volume intitulado Periódicos Brasileiros em Microformas; Catálogo Coletivo, onde foram listados os títulos de periódicos microfilmados por aquela instituição e outras do setor público com quem ela tem convênio. O título engana. Nenhuma tentativa foi feita de levantar e incluir os periódicos também microfilmados pelo setor privado. Mais uma vez, o usuário de informação acaba mal servido⁷.

É minha convicção que, se, em nosso planejamento do setor de informações em ciência e tecnologia, nós centralizamos o fornecimento de serviços de informação nas mãos do setor público, corremos o mais sério risco de ver este serviço começar bem, depois desacelerar, e por fim acabar totalmente. Todos nós conhecemos exemplos de casos do passado que tiveram esse histórico.

Em primeiro lugar, quais são as desvantagens inerentes ao setor público como fornecedor de serviços em geral? Como sistemas que tendem a ser burocracias grandes, operações governamentais de serviço são prestadas com demasiada lentidão e com uma inflexibilidade excessiva para explorar ao máximo seu potencial. Constrangimentos legais também atrapalham a execução do serviço. O melhor exemplo disto é o caso da Imprensa Nacional que se colocou na posição de oferecer cópias em microforma do Diário Oficial, só para descobrir que legalmente não podia vender tal produto; a solução achada foi cobrar do consumidor dois rolos de filme virgem, um para a cópia, e o outro como forma de pagamento para a Imprensa, solução que deve fazer os livros contábeis de várias entidades públicas e privadas, um tanto irregulares. Mudanças inesperadas nos sistemas orçamentários são uma outra desvantagem do setor público, igual a mudanças abruptas e imprevistas no quadro funcional, em condições que escapam do controle do setor específico. O setor público normalmente não pode passar sobras de verba de um ano para outro, nem, normalmente, pode ganhar acima dos custos reais dos serviços prestados, assim dificultando o uso dessas verbas para novos investimentos em equipamento ou material⁸. Ainda

outra característica do setor público são as decisões feitas que ninguém entende e que parecem contraditórias em relação a outras decisões do mesmo setor. Por exemplo, embora o País seja encorajado pelo governo a se esforçar no seu desenvolvimento econômico, o mesmo governo faz restrição ao acesso às bases de dados no exterior, que poderiam trazer informação útil para esse mesmo desenvolvimento. Uma das áreas da maior dificuldade para o setor público resolver como prestador de serviço de informação encontra-se em torno do problema da credibilidade. Charles Oppenheim, da Inglaterra, num interessante artigo sobre questões éticas no fornecimento da informação, observou que existem vários perigos em potencial:

— o governo pode "bisbilhotar" nas linhas telefônicas durante buscas em linha para saber o que está interessando os seus cidadãos;

— o governo pode "distorcer a informação" fornecida de tal maneira que fregueses sabidamente conhecidos por sua conformidade a certas normas preestabelecidas alcançam acesso pleno, enquanto outros fregueses, conhecidos por sua não-conformidade política, social ou o que quiser, terão, sem o saber, acesso reduzido ou distorcido.

Oppenheim argumenta que, embora talvez ninguém esteja fazendo tais coisas agora, se tiver a possibilidade técnica de fazê-las, então, serão feitas eventualmente em condições de opressão⁹.

Quais os argumentos em favor do setor privado? Primeiro, o motivo de lucro é um incentivo a atividade empresarial. Por exemplo, na criação de novas especializações; a agilidade do setor privado permite ação rápida para atender a novas clientelas mais rápido do que as próprias sociedades científicas, que normalmente são tradicionais demais e inflexíveis para agir prestativamente. Como notou Alan Singleton, "o motivo de lucro deve aumentar a eficiência, vendas nacionais e internacionais (de informação), e assim aumentar a disseminação dos resultados de pesquisa"¹⁰. Singleton estudou o relacionamento entre sociedades científicas inglesas e as editoras comerciais que cooperam com elas na publicação das suas revistas especializadas. Eram mais de 140 periódicos e 50 editoras. 95% das sociedades que colaboram com editoras comerciais relataram que estavam satisfeitas ou mais que satisfeitas com a relação. O comentário mais repetido pelos respondentes ao questionário foi: a necessidade de boa vontade dos dois lados para superar os problemas temporários.

Peter Vickers, um outro investigador inglês, executou em 1975 um importante estudo demonstrando que serviços de informação contratados externamente são mais eficientes de que os mesmos serviços realizados internamente, devido à especialização da casa contratada, devido à divisão de trabalho, e devido à economia de escala¹¹. Aqui em São Paulo também temos recente testemunha deste fenômeno. Duas semanas atrás, no dia 20 de julho para ser mais preciso, o Secretário de Serviços e Obras do Município de São Paulo, Eng^o Paulo Gomes Machado, deu uma palestra na qual ele argumentou que é mais econômico contratar serviço fora do Governo. São Paulo, ele informou, tem um problema de grandes dimensões no tocante a limpeza urbana: todo dia, 2.200 Km são varridos, 35.000 Km são percorridos por caminhões de coleta, e 8.000 toneladas de lixo são recolhidas. Deste serviço total, apenas 24% é feito diretamente pelo Município; os 76% restantes estão a cargo de empresas privadas que, segundo o Secretário, "o fazem com um custo 53% abaixo do da Prefeitura, e com uma qualidade satisfatória, pois recebem por tonelagem coletada". Os serviços das firmas rendem mais, disse o Secretário, porque "o funcionário público não tem a motivação do lucro, mais intensa nas empresas privadas". Um estudo foi realizado na Regional da Lapa, onde o Município usa 26 veículos, 42 motoristas e 102 funcionários de coleta, enquanto que se estivesse nas mãos de empresa particular seriam usados 12 veículos (46% a menos), 16 motoristas (38% a menos), e 66 funcionários (65% a menos). O Secretário atribui essas diferenças ao trabalho ininterrupto e à melhor conservação dos veículos da frota particular¹².

Mas burocracia não é privilégio apenas do setor público. Dois anos atrás, falando com o Diretor Presidente de uma multinacional, da área de produtos alimentícios, e que empregava na época 4.000 funcionários, soube que a firma começou a achar que estava gastando demais no setor de pessoal, e resolveu fazer um levantamento da situação. Concentrou o levantamento em torno dos formulários usados em toda a firma, porque formulários exigem que alguém os planeje, que outros os desenhem, imprimam, distribuam, preencham, leiam, assinem, carreguem e arquivem. Como resultado do levantamento, reduziram drasticamente o número de formulários usados na firma e dispensaram 400 funcionários — 10% do total — sem sofrer nenhum prejuízo na qualidade do serviço geral da organização.

Existem, sim, argumentos contra o setor privado. Por exemplo, Singleton notou que a editora comercial está por definição obrigada a "crescer ou morrer".

mesmo se o sistema de comunicação científica não responder ou não puder responder a esta expansão. Ele observou, também, que embora uma editora privada tenha a agilidade de criar um novo periódico com rapidez, esse fato tem seu lado negativo, porque poderia levar à proliferação de periódicos mesmo quando desnecessário. Finalmente, lembrou Singleton, os lucros provenientes de editoração comercial podem ser apenas parcialmente reaplicados em comunicação científica (podem ir a acionistas, a outras atividades da firma)¹³.

A experiência tem demonstrado que nenhum dos dois modelos econômicos, na sua característica extrema, funciona: quando o governo tenta fazer tudo sozinho, o resultado é supercentralização, ineficiência galopante, criação de cabides de emprego, inércia e gastos excessivos em relação à produtividade; quando, por outro lado, tudo depende apenas da iniciativa privada, muitas necessidades da sociedade não são atendidas, ou porque os custos preparatórios de produção são elevados demais para o porte da indústria, ou porque a viabilidade de um retorno adequado para manter a produção futura não é tão evidente. Por isso, no tocante a certos meios de produção ou serviços, há vantagem no esforço em conjunto de governo e iniciativa privada — especialmente quando disso resulta benefício para a sociedade como um todo. É exatamente esta filosofia que está atrás da política de co-edição da Editora da Universidade de São Paulo, do Instituto Nacional do Livro, do IBICT, e de outras instituições similares. A instituição governamental garante à editora privada a compra para revenda dos primeiros mil exemplares da tiragem, assegurando assim que um livro muito especializado, e conseqüentemente com um público reduzido, chegue a ser publicado no País. A sociedade em geral recebe os benefícios desta colaboração.

A meu ver, Thomas Jefferson tinha razão quando disse que "O melhor governo é o que menos governa". Quer dizer, quanto menos infra-estrutura o governo tiver, mais econômica será a sua operação, e o dinheiro economizado poderá beneficiar melhor a sociedade. Por exemplo, tanto na área editorial quanto na área industrial, se elementos do governo acreditam que um determinado produto ou serviço novo vai ajudar a sociedade, seria perfeitamente lógico selecionar a empresa privada mais capacitada para a tarefa (e cujo fator de lucro será o resultado de seu grau de eficiência), subvencionar o desenvolvimento do produto ou serviço, e depois participar, mediante um direito autoral temporário ou permanente, nos lucros advindos da comercialização. Monty Hyams, inglês, que é cientista e empreendedor da informação, recentemente sugeriu

até um nome para este processo: the Information Venture Bank (Banco de Empreendimentos em Informações), caracterizado pelo subsídio a fornecedores de informação, na parte de governos ou organizações internacionais, na base de sociedade no empreendimento. O fenômeno de subsídios nesta e em outras áreas já existe, é evidente, mais é importante salientar aqui que parece a maneira mais viável de conseguir o rápido desenvolvimento de novos produtos, como base de dados nacionais. Precisamos de maior racionalização de trabalho no nosso setor de informações em ciência e tecnologia, e, a meu ver, isso será possível através de maior cooperação entre os setores públicos e privados. Temos que sentar juntos e determinar "Quem é bom para o quê?", e depois fazer o que for necessário para que o empreendimento se torne realidade.

Parece-me que temos um bom exemplo disso no caso do Reino Unido, que é uma sociedade mista, quer dizer, em que algumas atividades econômicas são fornecidas pelo setor privado e outras pelo governo, ou por empresas estatais. Como isto funciona para a área de informações podemos ver num interessante artigo, que apareceu no mês passado, de autoria de John Gray, sobre as responsabilidades do governo do Reino Unido para serviços de informação científica e técnica¹⁴. Gray relata que, em geral, a política do seu país é de "descentralizar, a não ser em casos quando a centralização pode ser mais eficaz". A primeira responsabilidade do governo, e assim a mais importante, é:

encorajar no setor privado (ou, se for necessário, no setor público) a provisão de serviços e instalações de ICT que atendam às necessidades da indústria, comércio, agricultura, saúde, educação e controle do ambiente, e especialmente naquelas instâncias onde eles preenchem lacunas emergentes, aperfeiçoando a qualidade dos serviços onde for desejável, assegurando acesso a serviços produzidos no exterior e fazendo bom uso das oportunidades de exportação que são vitais ao bem estar do setor privado.

Gray chama a atenção para o fato de que, tendo em vista que uma boa parte do fornecimento de ICT está no setor privado, e mais, que os recursos disponíveis ao governo são severamente restritos, que o governo limita seu papel a objetivos cuidadosamente identificados. "Iniciativas governamentais têm como objetivo satisfazer necessidades muito específicas, tais como aquelas que surgem com o desenvolvimento de novas tecnologias, como biotecnologia". Agricultura e alimentação são duas outras áreas de interesse governamental. Existe, na Inglaterra, um Comitê

Interdepartamental de Coordenação de Informação Científica e Técnica, que procura assegurar a coerência total da política governamental para com a tecnologia da informação. Segundo seus estatutos, a sua primeira responsabilidade é "Considerar quais as funções de informação que o governo deve desempenhar sozinho e quais devem ser deixadas ao setor privado. (Este Comitê) já passou por este terreno antes, mas tem que revisar suas conclusões de tempos em tempos devido a mudanças freqüentes nas necessidades da informação e no ambiente econômico e como resultado dos avanços rápidos em tecnologia".

Quero encerrar esta discussão com algumas recomendações específicas:

1. Temos a necessidade, no Brasil, de estudos qualitativos e quantitativos sobre a estrutura inter e intra setorial no processamento de ICT, e não mais no nível de macroeconomia, mas sim no nível de microeconomia. Temos publicações demais no nível de planejamento global nacional e que não nos ajudam a resolver problemas. Precisamos, sim, de estudos que nos revelem custos comparativos de desempenho de fornecimento de informação em situações privadas e em situações governamentais. Alguns anos atrás fiz um estudo deste tipo na área de reprografia para descobrir qual a tecnologia mais adequada economicamente na praça de São Paulo no problema de reproduzir e disseminar X cópias de um documento contendo Y número de páginas-xerox, mimeografia, offset, e microforma¹⁵. E em maio deste ano tive o prazer de ver uma orientanda minha de pós-graduação defender uma série e exaustiva dissertação de mestrado que tratou dos custos comparativos de armazenar, numa típica biblioteca universitária brasileira, um acervo de periódicos em tamanho original e em microforma¹⁶. São esses tipos de estudos práticos e específicos que nos faltam no Brasil em geral e sua ausência nos impede de tomar decisões inteligentemente. Custos, por exemplo, de circulação de livros em bibliotecas de todos os tipos, de intercâmbio de livros entre bibliotecas, de buscas em linha, e pelo correio, e custos de ociosidade de equipamento usado em ICT como computadores, telex, e maquinaria para microfilmagem.

2. Temos a necessidade de maior entrosamento entre os setores públicos e privados na área de ICT a fim de evitar duplicação de esforços e de possibilitar trabalhos em conjunto. Temos que nos reunir, não em congressos freqüentados por milhares de participantes, mas em pequenas reuniões regulares para trocas de idéias e atualização mútua. Destas reuniões devem participar dirigentes de sociedades

científicas e profissionais, de órgãos governamentais, de organizações internacionais, e de entidades do setor privado; e a atmosfera não deve ser uma de cada um defender seu terreno, mas, em vez disto, cada um tentar cooperar com o outro; se não, nada adiantaria.

3. Temos a necessidade urgente de formar uma associação de fornecedores de informação do setor privado para trabalhos em conjunto como a preparação e lançamento de um catálogo em comum de serviços e produtos; para fazer stands comuns em congressos mais afastados geograficamente; e para pressionar onde for necessário para defender os interesses do setor.

4. E, finalmente, a recomendação básica de todo este discurso. Acredito que o governo deva ajudar a iniciativa privada no desenvolvimento de projetos novos, na fronteira da experiência e do conhecimento nacional. Isto é especialmente o caso no tocante a serviços de fornecimento de informação em ciência e tecnologia. Tais serviços exigem continuidade durante anos para a sociedade sentir os seus efeitos benéficos. Descontinuidade é uma constante na esfera governamental entre nós. Conseqüentemente, para que haja continuidade em serviços, apenas a iniciativa privada tem condições de funcionar a longo prazo. Vamos lembrar desta situação em nosso planejamento futuro.

Em conclusão, acredito que a combinatória do estímulo, apoio e orientação governamental, e a flexibilidade administrativa, objetividade e continuidade da empresa privada, podem dar à nossa esfera de trabalho resultados sólidos, eficazes e duradouros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BRASIL. Presidência da República. II PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (1976/1979) Brasília, SEPLAN, 1980. p. 187-92.
- 2 BRASIL Presidência da República. III PBDCT - III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 1980/1985. Brasília, CNPq, 1980. p. 18.
- 3 KEREN, Carl & SCHWUCHOW, Werner. Economic aspects of Information services; report on a symposium. *Journal of Information Science* 3:251, 1981.

- ⁴ GILCHRIST, Alan. Policies for the information supplier. In: The nationwide provision and use of information; Proceedings. Aslib, IIS, Library Association Joint Conference, 15-19 Sept. 1980, Sheffield. London, The Library Association, 1981. p. 265-76.
5. BIRKS, C. I. Information services in the market place. The British Library Research and Development Report. nº 5430. London, The British Library, July 1978. p. 4.
- ⁶ SARACEVIC, Tefko. Perception of the needs for scientific and technical information in less developed countries. Journal of Documentation, 36 (3): 223, Sept. 1980.
- ⁷ BRASI L. Biblioteca Nacional. Periódicos brasileiros em microformas; catálogo coletivo. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1981.
- 8 BIRKS, C. I., p. 13.
- ⁹ OPPENHEIM, Charles. Ethics of information supply. In: The nationwide provision and use of information; Proceedings. Aslib, IIS, Library Association Joint Conference, 15-19 Sept. 1980, Sheffield. London, The Library Association, 1981. p. 109.
- 10 SINGLETON, Alan. Learned societies and Journal publishing. Journal of Information Science, 3:212, 1981.
- ¹¹ VICKERS, Peter. Ground rules for cost effectiveness. Aslib Proceedings, 28, (6/7): 224-29, June/July 1976.
- 12 LIMPEZA urbana é mais barata com empresa privada. Diário do Comércio, São Paulo, 21 jul. 1982. p. 5.
- ¹³ SINGLETON, Alan. p. 212.
- ¹⁴ GRAY, John. The U. K. Governments responsibilities for scientific and technical information service. Aslib Information, 10 (6/7): 168-70, June/July 1982.
- 15 LITTO, Fredric M. A Comunicação da pesquisa científica; quatro problemas contemporâneos. Tese de Livre-Docência, ECA/USP, 1977.
- 16 PORCIÚNCULA, Norma Machado. Microformas ou formatos convencionais; custo de acervos de periódicos em bibliotecas universitárias brasileiras. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 1981.

ABSTRACT

Constitutionally, Brazil opted for an economic system that follows market controls rather than governmental ones, but in fact it is not put into practice. The information environment in *Science* and technology reveals a pattern of competition rather than complementarity between government and the private sector. Although we live in a time of increasing decentralization, de-bureaucratization and de-governmentalization, this is not the case in the Brazilian knowledge industry. Besides over bureaucratization, the government as information deliverer is characterized by a lack of continuity in its projects and a general lack of credibility. Recommended are a greater number of studies (both quantitative and qualitative) of the Brazilian situation; a closer working arrangement between government and private initiative; government incentives to the private sector in determined areas; and the creation of an association uniting Brazilian information deliverers. (FML)